

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Andressa Anholetre/Agência Senado



Vieira: já escolhido para manter força da PF

Erro de Derrite: tentar esvaziar a PF

No início da tarde de terça-feira (18), quando sequer havia segurança se a Câmara conseguiria votar ou não o PL Antifacção, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), foi à tribuna e comunicou que escolhera o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) o relator do projeto quando ele chegar aos senadores. A rapidez da escolha era uma clara sinalização

Ponto frágil

Fica claro que as tentativas de redução do papel da PF eram o ponto frágil nas cinco diferentes versões do relatório feito pelo deputado Guilherme Derrite (PL-SP). No Congresso, o ponto era explorado enquanto se desenrolava a operação sobre o banco Master.

Blindagem

O deputado Rodrigo Rollemberg (PSB), ex-governador do DF, por exemplo, explorou em discurso o fato de a operação chamuscar o atual governador Ibaneis Rocha (MDB), que ontem afastou o presidente do Banco Regional de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa.

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Tentativa de blindagem, ataca Rollemberg

Rollemberg: “Não é coincidência o que se tentou”

“Esse talvez seja o maior escândalo da história do Brasil”, disse Rodrigo Rollemberg. “Master e BRB tentaram desviar mais de R\$ 12,2 bilhões, de acordo com a investigação da Polícia Federal. Já não se contentam em desviar milhões”. Recentemente, outra operação da Polícia Federal, a Carbono Oculto, revelou ligações

do Primeiro Comando da Capital (PCC) com fintechs instaladas no centro do mercado financeiro do país, a Faria Lima. “Não é coincidência que no mês que antecedeu tudo isso a Câmara tenha tentado votar a PEC da Blindagem”, afirmou. O deputado, então, associou a tentativa fracassada da PEC aos ensaios de Derrite.

Fundo

No início da tarde, o ponto que ainda gerava polêmica no quinto relatório de Derrite era o financiamento das operações policiais, com a possibilidade de divisão de recursos apreendidos em operações entre o Fundo Nacional de Segurança Pública e fundos estaduais.

Impacto

O senador informou, então, que seu primeiro trabalho, caso o projeto viesse a ser aprovado na Câmara com a divisão dos recursos entre o fundo nacional e os estaduais seria avaliar o impacto financeiro que isso poderia produzir para a PF e para as suas operações.

Diálogo

“Já começamos a dialogar com Derrite, com os governadores e o governo federal”, revelou Alessandro Vieira. “Entendemos a posição dos governadores em ter fontes de financiamento, mas não permitiremos que a principal força policial do país fique descapitalizada”.

Com o crime

À noite, porém, comentava-se que o governo poderia ter cometido um erro de estratégia. Derrotado na tentativa de votar o projeto original do governo, não deveria, talvez, ter ficado contra o projeto de Derrite. Poderá ficar com a pecha de ter ficado do lado do crime.

Câmara aprova PL que combate facções

Relatado por Guilherme Derrite, projeto endurece penas

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Motta escolheu Derrite como relator do PL Antifacção

Guilherme Derrite (PL-SP), relator indicado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Nos bastidores, o governo já sabia desde o início da tarde que não conseguiria adiar a discussão.

E já trabalhava numa segunda estratégia: articular já modificações no Senado, especialmente nos pontos em que sugere eventual enfraquecimento do financiamento da Polícia Federal (PF). No início da tarde, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), já resolveu indicar como relator na Casa Alta o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que já adiantara ao Correio Político que não permitiria qualquer hipótese de “descapitalização” da PF.

A quinta versão apresentada por Derrite matinha uma divisão de recursos dos bens apreendidos em operações entre o Fundo de Segurança Nacional, que financiaria a PF e fundos estaduais. Em casos dos bens apreendidos pelas policiais estaduais, os recursos iriam para esses fundos regionais de Segurança Pública.

Nos casos de operações conjuntas, o relatório prevê uma divisão igualitária: metade para o Fundo Nacional de Segurança

Pública, e a outra metade para o fundo do estado ou do Distrito Federal envolvido na investigação.

Na versão anterior, o texto previa direcionamento da fatia referente à PF ao Funapol (Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal), mas o relator recuou e disse que enviaria ao Fundo Nacional da Segurança Pública.

Reunião

À tarde, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, ainda tentou uma reunião com Derrite. Mas ela acabou não acontecendo.

O governo, então, destacou a votação para que se votasse o texto original enviado pelo governo e o relatório de Derrite. O projeto de Derrite foi aprovado e o projeto original derrotado.

Em entrevista à GloboNews, Hugo Motta defendeu o projeto de Derrite. “Não temos interesse em tirar dinheiro da Polícia Federal”, disse Motta. Segundo ele, a intenção era estimular as policiais estaduais. “Estamos reconhecendo e estimulando que as polícias estaduais possam cumprir seu papel no enfrentamento ao crime organizado”.

Derrite, porém, atendeu a

um pedido do governo para não dificultar o confisco de bens de organizações criminosas. Em versões anteriores, ele estabelecia que a transferência desses bens para o Estado só acontecesse após o trânsito em julgado, ou seja, somente no final do julgamento. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, alertou Motta que a mudança poderia fazer com que a organização criminosa dilapidasse seu patrimônio.

A escolha de Derrite para relator o projeto foi criticada na semana passada. A opção foi acertada entre Motta e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que é seu correligionário. Entregava, assim, no colo de Tarcísio o projeto.

A primeira versão do projeto foi construída no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo. Em seguida, Tarcísio exonerou Derrite da Secretaria de Segurança Pública para que ele voltasse à Câmara para relatar o projeto.

A solução, porém, acabou gerando críticas tanto pelo lado do governo quanto da oposição. Os demais governadores do campo conservador vieram a Brasília na semana passada e também pediram o adiamento.

Entenda os principais pontos do relatório de Derrite

Tânia Rego/Agência Brasil



Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro

Vedação ao auxílio-reclusão

Fica vedada a concessão do benefício de auxílio-reclusão aos dependentes de membros de organização criminosa ultraviolenta presos cautelarmente ou em regime fechado/semiaberto pelos crimes previstos no texto.

Favorecimento

Promover ou fundar organização criminosa ultraviolenta, paramilitar ou milícia, ou a eles aderir, assim como apoiá-los de qualquer forma. Pena de 12 a 20 anos.

Alterações

O substitutivo eleva as penas de crimes já previstos na legislação quando forem cometidos

por integrantes de organizações criminosas ultraviolentas, grupos paramilitares ou milícias privadas. No caso do homicídio doloso praticado por esses grupos, a punição passa a variar de 20 a 40 anos de reclusão.

Progressão de Regime

Propõe-se o aumento do tempo necessário para a progressão de regime, podendo chegar a até 85% se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

Banco Nacional de Dados

Criação do Banco Nacional de Dados de membros de orga-

nização criminosa ultraviolenta e bancos estaduais correlatos, que devem funcionar de forma interoperável, permitindo o intercâmbio direto de informações.

Monitoramento

Os encontros (físicos ou virtuais) entre presos ligados a organizações criminosas ultraviolentas e seus visitantes poderão ser monitorados por meio de captação audiovisual e gravação.

Perda de bens

Estabelece que, se a origem lícita do bem não for provada e houver risco de dissipação do patrimônio, o juiz poderá decretar o perdimento extraordinário, independentemente de condenação penal.

Bens apreendidos

Os bens apreendidos serão revertidos para o Fundo de Segurança Pública do respectivo Estado ou Distrito Federal (se a investigação for local) ou para o Fundo Nacional de Segurança Pública (se a investigação envolver a Polícia Federal). Caso seja feita em parceria, é dividida em partes iguais.

Raquel Lopes, Victoria Azevedo e Carolina Linhares (Folhapress)